

- ⁶ ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 38.
- ⁷ Geração boêmia foi um termo utilizado para fazer referência a um grupo de intelectuais que viveu na cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX. Tal grupo se identificava por ter adotado uma postura de engajamento político e de intervenção social, principalmente na luta pelo fim do regime monárquico e da escravidão. Seus instrumentos de críticas políticas se davam através do humor.
- ⁸ Teatro, em *O Paiz*. Rio de Janeiro, 03-05-1889.
- ⁹ AZEVEDO, Arthur. *Fritzmac*, em: *Teatro de Arthur Azevedo - Tomo III*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987, p. 411.
- ¹⁰ MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ¹¹ AZEVEDO, Arthur. *Fritzmac*, em: *Teatro de Arthur Azevedo - Tomo III*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987, p. 416.
- ¹² CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 41 – 42.
- ¹³ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda branca, medo negro: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 150-152.
- ¹⁴ AZEVEDO, Arthur. *Fritzmac*, em: *Teatro de Arthur Azevedo - Tomo III*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987, p. 434.
- ¹⁵ Idem, ibidem, p. 435.
- ¹⁶ Idem, ibidem, p. 412.
- ¹⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Edur, 2007, p. 50.

Os segredos da nação: o IHGB e a criação da “arca do sigilo”

Isadora Tavares Maleval*

[...] falar do passado é o mais fácil que há, está tudo escrito, é só repetir, papaguear, conferir pelos livros o que os alunos escrevem nos exercícios ou digam nas chamadas orais, ao passo que falar de um presente que a cada minuto nos rebenta na cara, falar dele todos os dias do ano ao mesmo tempo que se vai navegando pelo rio da História acima até às origens, ou lá perto, esforça-nos por entender cada vez melhor a cadeia de acontecimentos aonde estamos agora [...], dá muito trabalho, exige constância na aplicação [...].

Tertuliano Máximo Afonso, professor de história do ensino secundário, propôs uma modificação no ensino da sua disciplina ao diretor de sua escola. A história deveria, então, ser ensinada e até mesmo reescrita partindo do presente para o passado, não o oposto, comumente adotado.

Tanto o autor da proposta em questão, quanto a própria, são “criaturas” da mente do escritor português José Saramago, em *O homem duplicado*. Apesar de a narrativa do livro não ser direcionada à problemática da história², o romancista aproveitou em diversas ocasiões a oportunidade de elaborar noções sobre o tema – como foi feito na passagem com a qual se iniciou este artigo.

Para o professor-personagem, a história mais recente – o presente – teria uma importância incontestável para o ensino dos estudantes, mesmo sendo de mais difícil exposição do que o passado, devido à inconstância que lhe é característica.

A reflexão do prêmio Nobel português³ sobre o presente na história não deixa de ter validade para as páginas que se seguirão. A ideia de um não lugar do presente na história – ou, ao menos, a grande dificuldade resultada dessa abordagem – nos é cara por também ter uma história, por assim dizer. O projeto de Tertuliano Máximo Afonso fora aqui mencionado por seu caráter inovador, por ser uma ideia demasiado estranha aos nossos olhos, o que se deve a todo um modelo de pensar sobre a história, sua escrita e seu ensino, extremamente *moderno*, como se verá.

Eis aqui o objeto central deste estudo: a história da história contemporânea. Apesar da repetição que torna essa delimitação redundante, poderíamos ir além e dizer que nosso artigo diz respeito à história dos limites de uma história mais recente ao tempo de escrita e, por que não, de ensino. E essa “história da história” que

propomos se concentrará principalmente na segunda metade do século XIX no Brasil – bem distante do “nosso” presente, portanto.

A partir de 1838, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a história, juntamente com a geografia, passou a ser vista como um problema. Escrever a história da nação independente havia menos de duas décadas era a questão levantada pelos letrados envolvidos na fundação da instituição. Essa tarefa, contudo, longe de ser simples, merecera as mais diversas e assíduas discussões, o que demonstra que “escrever história” naquele momento ainda era algo que carecia de maiores definições.

Muito rapidamente, podemos definir a problemática sobre a historiografia, ou seja, a história da escrita da história, até meados do século XIX, tomando emprestadas algumas noções delineadas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Em seus trabalhos sobre a história dos conceitos, Koselleck demonstra a validade no estudo de conceitos-chave para a compreensão de um período caro da história alemã⁴, o advento da *modernidade* com início na década de 1750 até 1850. Isso significa dizer que conceitos como *história*, por exemplo, indicariam determinadas concepções de mundo mais gerais para as pessoas que viviam aquele tempo histórico. A maleabilidade daquele conceito, assim como a de outros, permitiriam ao historiador o entendimento de uma dada realidade do passado. Uma mesma palavra, semanticamente inalterada, passaria, então, a agregar variadas significações, compreensíveis a partir de fontes que permitiriam “dar voz” a essas mudanças – tais como dicionários, enciclopédias, entre outras⁵.

No século XVIII, a história ainda era vista como *mestra da vida*, pautada em exemplos que não só explicariam o presente, como garantiriam um determinado futuro, através da imitação de atuações tidas como positivas e do esquecimento das negativas. Haveria uma compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico⁶. Passado, presente e futuro estariam unidos e indissociáveis, segundo essa concepção. Tendo como parâmetro a antiguidade clássica, e autores como Cícero, os homens daquele período entendiam que os grandes feitos do passado deveriam ser contados no presente porque ensinariam alguma coisa às novas gerações.

Ao estudar o final daquele século, o historiador alemão percebeu uma modificação interessante. O entendimento sobre o que seria *história* mudara; o caráter de “mestra da vida” passou, pouco a

pouco, a se tornar obsoleto devido a um fator de *aceleração do tempo*.

Naquele momento, passado, presente e futuro se tornavam instâncias separadas. A *história* apresentava-se, então, sobretudo filosófica. Ocorria a destruição do caráter modelar dos acontecimentos passados, para perseguir em seu lugar “[...] a singularidade dos processos históricos e sua progressão”⁷. A ênfase deslocava-se, portanto, do interesse pelas coisas para o interesse pelos processos⁸.

Aliada a essa modificação, podemos partir do princípio de que, durante as primeiras décadas do século XIX, a *história* começou a galgar espaço entre as disciplinas “científicas”, tais como as ciências da natureza. Para demonstrar certo distanciamento das artes literárias, ou mesmo da poesia, sua grande companheira na antiguidade clássica, a história carecia de procedimentos teóricos e metodológicos que pudessem legitimá-la dentro desse novo modelo. Aos poucos, e essa é um pouco a história que pretendemos trabalhar, esses procedimentos técnicos seriam configurados e passariam a ser incorporados por todos aqueles que pretendessem “fazer” história.

Nesse novo modelo, a crença nos sentidos humanos tornava-se cada vez mais obsoleta. A história-ciência tomaria para si critérios típicos das ciências biológicas, como, por exemplo, a ideia de que o mais importante não era mais o que “olho via”, mas sim o que os experimentos críticos ofereciam ao estudioso. Em outras palavras, o que vigorava nesse modelo científico era a desconfiança nas faculdades humanas e a perda da capacidade reveladora dos sentidos⁹.

Grosso modo, a *verdade* tornou-se uma categoria apenas tangível a partir de operações bem definidas, e os estudiosos da disciplina histórica deveriam recorrer a técnicas que foram, aos poucos, sendo legitimadas. Em primeiro lugar, um esforço de catalogar as fontes, que, naquele momento, tiravam o lugar da testemunha ocular, tão importante para a historiografia antiga. Essa documentação deveria ser colecionada para, em um momento posterior, servir de fonte para as grandes sínteses da história, a partir de abordagens críticas bem rígidas. Essa crítica, por sua vez, só poderia ser atingida através de critérios de objetividade específicos, dentre os quais o ideal de imparcialidade. Notamos que esse “passo-a-passo” foi seguido firmemente pelo IHGB, desde o discurso de sua fundação realizado em 1838¹⁰.

Além disso, o IHGB pode ser tomado como exemplo para a identificação de outro tipo de premissa *moderna* para a concepção de história. Todo o trabalho descrito anteriormente, de catalogar fontes e produzir sínteses, deveria também ser feito a partir de um *lugar*. O historiador passaria a ser identificado a um grupo, uma instituição que o legitimaria enquanto profissional¹¹. De acordo com Valdeir de Araujo,

[...] *novas expectativas exigiam também novos talentos do "historiador", que já não poderia ser apenas o panegirista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos "sucessos" contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o "historiador" vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica*¹².

Assim, para garantir que o ideal de imparcialidade fosse respeitado dentro dessa *operação historiográfica*¹³, o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia. O *lugar* de onde se narrava deveria ser um *não-dito*, jamais explicitado em uma história científica¹⁴.

Para Koselleck, à medida que o moderno conceito de *história* (*Geschichte*) consolidou-se, o registro de uma "história do presente" tornou-se cada vez menos digna: a testemunha ocular, tão marcante na historiografia antiga, perdia a posição central dentro da escrita da história. Uma nova crença indicava que a distância temporal entre o objeto da história e seu pesquisador não era fator dificultoso para a criação do conhecimento histórico. Muito pelo contrário: quanto maior o distanciamento dos fatos estudados, melhor a apreensão *imparcial* do conhecimento desejado. A história do presente tornava-se fraca, e o passado deixava de ser mantido na memória e na tradição oral, passando a ser reconstruído apenas através de procedimentos críticos¹⁵.

Por outro lado, uma questão que assume força quando o assunto é o lugar do presente em narrativas historiográficas é a temeridade política que emerge desse assunto. Explicando melhor: se hoje, em pleno século XXI, tratar da história do tempo presente ainda é visto por alguns acadêmicos como algo problemático e contraditório, isso se deve também a uma visão de que o presente não deve ser objeto da história por causa da proximidade com eventos que podem ser ainda muito traumáticos. O caso da Segunda Guerra Mundial demonstra bem essa questão. Apesar de passadas

algumas décadas desde o fim daquele conflito bélico, foi somente na década de 1970 que os arquivos sobre o período foram abertos aos pesquisadores¹⁶. O trauma causado pelo conflito, além do fato de pessoas – "agredidos" e "agressores" – ainda estarem vivas complexificou o processo de abertura dos arquivos¹⁷. O mesmo pode ser identificado com os arquivos do período da ditadura militar aqui no Brasil¹⁸.

Ora, nos dois exemplos citados acima, o que fica perceptível é o receio que se tem, ainda hoje, de falarmos de um contexto político e social problemático que nos é próximo. Até mesmo nosso contemporâneo Eric Hobsbawm fez referência às dificuldades pelas quais passou ao escrever sobre o tempo presente em *A era dos extremos*. Se, de um lado, dizia que "Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque o viu e ouviu"¹⁹, recriando de certo modo o paradigma antigo de Tucídides, de outro lado, assume os riscos de contar com a própria experiência, tendo em consideração que a falta de parcialidade pode ser tomada como algo que desmerecesse a função de historiador²⁰.

Se até hoje essa é uma visão que permanece (sobre a dificuldade que existe para o historiador trabalhar com o tempo presente), podemos dizer que esse é um paradigma consolidado em meados do século XIX. No caso do Brasil, os eventos pós-Independência foram demasiadamente dramáticos e reveladores de uma falta de coesão entre os diferentes cantos do país. As revoltas do período regencial, caso fossem narradas em histórias do Brasil escritas pouco tempo depois, acabariam demonstrando a falta de unidade do Império, e *unidade* era palavra cara para aquele contexto.

A construção e a consolidação do estado imperial necessitavam também de *esquecimentos*²¹. Ao presente (ou ao passado recente) turbulento restava a posteridade, à qual era conferida o papel de juíza dos acontecimentos. Os exemplos da Revolução Pernambucana (1817) e da Farroupilha (1825-1835) deveriam ser relegados ao "tribunal da posteridade"²², pois "[...] rememorar os acontecimentos históricos recentes implicaria em trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas"²³.

Soma-se a isso o fato de que nessa "sucessão de conflitos internos mal resolvidos" desde antes do Primeiro Reinado, tiveram em grande medida envolvidos os fundadores do próprio Instituto Histórico²⁴. No dizer de Lúcia Guimarães, na Revolução de 1817, por

exemplo, “[...] figuravam dois ilustres confrades: o brigadeiro Francisco Soares de Andréa e o marechal Cunha Matos, este último um dos fundadores do IHGB”²⁵. Isso explicaria, inclusive, o “esquecimento” produzido pelo instituto com relação ao evento revoltoso em Pernambuco. De acordo com a mesma historiadora, a Revolução de 1817 seria mantida em segredo até 1853, quando, pela primeira vez na *Revista* da instituição um manuscrito relacionado ao tema foi tornado público²⁶.

Tendo em vista essa situação, desde o discurso de fundação do IHGB, Januário da Cunha Barbosa já aventava a possibilidade da conservação em arquivos para documentos relacionados aos tempos recentes. Dizia ele:

*O circunspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que ao termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade. A forma dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus méritos acrisolados pela história: ela assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memória daqueles que dela se fizeram dignos*²⁷.

O historiador deveria, então, sentar sobre a “tumba do homem” para poder, aí sim, explorar a documentação resultante daquele momento. Deveria ser, portanto, imparcial e desprezar “argumentos de partido”.

Na 24ª sessão do instituto, datada do dia 22 de outubro de 1839, era feita a leitura da carta do general José Inácio de Abreu e Lima, que, além de ofertar uma obra de sua autoria – o *Bosquejo histórico, político e litterario do Brazil* – oferecia um manuscrito “[...] cujo valor é hoje inestimável; pelo que muito desejava vê-lo quanto antes publicado, para que não se perdesse a relação de um acontecimento tão extraordinário, e tão notável em a nossa moderna história”²⁸. O documento em questão era uma carta escrita pelo capitão-general da província de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquês da Praia Grande), endereçada ao então secretário de estado, conde da Barca, no contexto da Revolução Pernambucana. Apesar de recebidas com “especial agrado” pela instituição, as ofertas de Abreu e Lima não tiveram o destino que o doador esperava. Pelo menos não a segunda. A Comissão de História do instituto, reunida com o fito de dar pareceres a obras de cunho historiográfico ou mesmo a documentos desse

porte, foi desfavorável à publicação do documento. Em sessão do dia 19 de dezembro de 1839, Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário da instituição, representava a opinião da Comissão, ao dizer que a publicação da documentação que consiste na participação do governador de Pernambuco na revolução de 1817 havia sido vetada, pois

*[...] conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade*²⁹.

Foi nesse contexto que surgiu uma proposta interessantíssima entre os sócios do Instituto Histórico. O botânico Francisco Freire Allemão, sócio correspondente da instituição desde 16 de fevereiro de 1839 (e depois sócio efetivo), teve poucas participações relevantes na instituição. Podemos citar apenas duas: em 1847, dando parecer às memórias de Karl Von Martius que acabaram ganhando o prêmio da instituição sobre o melhor plano para escrever a história do Brasil; e, em 1850, quando entrou em discussão com Manoel Joaquim Pereira da Silva sobre os vocábulos da língua geral brasileira³⁰.

Apesar dessa aparente pouca notoriedade de Allemão como membro da instituição no que dizia respeito às discussões sobre a escrita da história nacional, foi dele que partiu, em dezembro de 1847, a proposta sobre uma arca “fechada com duas chaves”, uma das quais ficaria a cargo do Ministro do Império e a outra ao diretor do Arquivo Público, para que nela – na arca – “[...] se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar”³¹.

A “arca do sigilo”, como daí por diante seria chamada, longe de ser uma abstração para designar o papel relegado ao futuro de documentos que versassem sobre o tempo recente da nação brasileira, tal como a expressão “tribunal da posteridade”, possuía uma materialidade inquestionável. Seria um “cofre forte” onde documentos e obras sobre eventos do presente, ou de um passado ainda muito recente e traumático, deveriam ser resguardados para não ocasionar perigo à paz que se queria reinante, naqueles tempos ainda turbulentos. Vale lembrar o pouco tempo de existência do

exemplo, “[...] figuravam dois ilustres confrades: o brigadeiro Francisco Soares de Andréa e o marechal Cunha Matos, este último um dos fundadores do IHGB”²⁵. Isso explicaria, inclusive, o “esquecimento” produzido pelo instituto com relação ao evento revoltoso em Pernambuco. De acordo com a mesma historiadora, a Revolução de 1817 seria mantida em segredo até 1853, quando, pela primeira vez na *Revista* da instituição um manuscrito relacionado ao tema foi tornado público²⁶.

Tendo em vista essa situação, desde o discurso de fundação do IHGB, Januário da Cunha Barbosa já aventava a possibilidade da conservação em arquivos para documentos relacionados aos tempos recentes. Dizia ele:

*O circunspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que al termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade. A forma dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus méritos acrisolados pela história: ela assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memória daqueles que dela se fizeram dignos*²⁷.

O historiador deveria, então, sentar sobre a “tumba do homem” para poder, aí sim, explorar a documentação resultante daquele momento. Deveria ser, portanto, imparcial e desprezar “argumentos de partido”.

Na 24ª sessão do instituto, datada do dia 22 de outubro de 1839, era feita a leitura da carta do general José Inácio de Abreu e Lima, que, além de ofertar uma obra de sua autoria – o *Bosquejo histórico, político e litterario do Brazil* – oferecia um manuscrito “[...] cujo valor é hoje inestimável; pelo que muito desejaria vê-lo quanto antes publicado, para que não se perdesse a relação de um acontecimento tão extraordinário, e tão notável em a nossa moderna história”²⁸. O documento em questão era uma carta escrita pelo capitão-general da província de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquês da Praia Grande), endereçada ao então secretário de estado, conde da Barca, no contexto da Revolução Pernambucana. Apesar de recebidas com “especial agrado” pela instituição, as ofertas de Abreu e Lima não tiveram o destino que o doador esperava. Pelo menos não a segunda. A Comissão de História do instituto, reunida com o fito de dar pareceres a obras de cunho historiográfico ou mesmo a documentos desse

porte, foi desfavorável à publicação do documento. Em sessão do dia 19 de dezembro de 1839, Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário da instituição, representava a opinião da Comissão, ao dizer que a publicação da documentação que consiste na participação do governador de Pernambuco na revolução de 1817 havia sido vetada, pois

*[...] conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade*²⁹.

Foi nesse contexto que surgiu uma proposta interessantíssima entre os sócios do Instituto Histórico. O botânico Francisco Freire Allemão, sócio correspondente da instituição desde 16 de fevereiro de 1839 (e depois sócio efetivo), teve poucas participações relevantes na instituição. Podemos citar apenas duas: em 1847, dando parecer às memórias de Karl Von Martius que acabaram ganhando o prêmio da instituição sobre o melhor plano para escrever a história do Brasil; e, em 1850, quando entrou em discussão com Manoel Joaquim Pereira da Silva sobre os vocábulos da língua geral brasileira³⁰.

Apesar dessa aparente pouca notoriedade de Allemão como membro da instituição no que dizia respeito às discussões sobre a escrita da história nacional, foi dele que partiu, em dezembro de 1847, a proposta sobre uma arca “fechada com duas chaves”, uma das quais ficaria a cargo do Ministro do Império e a outra ao diretor do Arquivo Público, para que nela – na arca – “[...] se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar”³¹.

A “arca do sigilo”, como daí por diante seria chamada, longe de ser uma abstração para designar o papel relegado ao futuro de documentos que versassem sobre o tempo recente da nação brasileira, tal como a expressão “tribunal da posteridade”, possuía uma materialidade inquestionável. Seria um “cofre forte” onde documentos e obras sobre eventos do presente, ou de um passado ainda muito recente e traumático, deveriam ser resguardados para não ocasionar perigo à paz que se queria reinante, naqueles tempos ainda turbulentos. Vale lembrar o pouco tempo de existência do

Segundo Reinado, iniciado após a Maioridade de D. Pedro II em 1840.

A proposta sofreu julgamento por parte dos sócios da instituição, mas parece que foi aceita sem grandes sofrimentos. Naquela mesma sessão houve a aprovação, ficando apenas em aberto a maneira com que seria desenvolvida daí para frente a construção da arca e os demais tópicos relacionados ao assunto.

Tal posição só apareceria, contudo, dois anos mais tarde, em sessão do dia 16 de fevereiro de 1850, honrada com a presença do Imperador do Brasil. Em discussão, a proposta de Freire Allemão foi mais uma vez tomada como imprescindível para a instituição, pela "[...] máxima utilidade de haver um depósito particular para os escritos cuja publicação não se deve fazer antes de um tempo determinado"³². A Comissão de História parecia não duvidar que a proposta em questão devesse ser posta em prática logo. Nas palavras dos sócios Manoel de Araujo Porto-Alegre, Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lagos,

A comissão crê que um utilíssimo resultado se colherá da criação deste arquivo secreto, além dos que já teve a honra de ponderar: a arca do sigilo vai ser o depósito da consciência íntima de muitos escritores, que não levarão à sepultura verdades essenciais à história de um país, vai ser o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo, e revelar fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além disto, o temor dos escritos secretos dos contemporâneos, da divulgação de crimes documentados, o pressentimento de uma funesta herança para os descendentes daqueles que souberam iludir seus contemporâneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assisadamete [sic] nos seus atos alistando-se de preferência no mundo do idealismo, no domínio da razão, do que num pernicioso e temporário individualismo"³³.

Os artigos que regulamentariam a "arca do sigilo" foram postos em votação alguns meses mais tarde. Após longa discussão, foram aprovados os artigos com algumas emendas. O material a partir do qual seria feita a arca, por exemplo, que antes constava como sendo de "[...] madeira incorruptível, precintada [sic] de ferro", agora deveria ser totalmente de ferro³⁴.

Toda essa discussão visava garantir um consenso sobre a importância de um cofre desse porte. Informações como o material que deveria ser utilizado para a feitura da arca, bem como a forma

como deveriam ser embalados os documentos, demonstram todo um ritual em torno de escritos que deveriam ser mantidos em segredo naquele momento, só podendo ser revelados na época que o autor considerasse pertinente.

Ainda há muito a ser desvendado sobre a "arca do sigilo". Temos, porém, alguns indícios que mostram que ela foi efetivamente utilizada por homens que tinham relação próxima com o instituto.

Um exemplo disso escapa ao período aqui exposto, mas permanece de nosso interesse não só pela utilização da "arca", quanto pelo fato de o doador do documento ter sido um homem de extrema relevância para o estado Imperial.

Após a queda da família real e o início do período republicano, um monarquista assumido resolvera escrever suas *memórias* sobre os mais distintos fatos que permearam sua própria vida. Esse homem era Alfredo D'Escragnolle Taunay, e sua obra fora intitulada *Trechos de minha vida*, encetada em 1890, e que posteriormente ganharia o título de *Memórias*. Os manuscritos deveriam, contudo, ser abertos ao público somente após um lapso de tempo, conforme o próprio autor indicava: "Estas *Memórias* só podem, só devem ser entregues à publicidade depois de 22 de fevereiro de 1943, isto é completos cem anos da época do meu nascimento, ou cinquenta anos de 1893 [...]"³⁵.

Para isso, teve a ideia de confiar os manuscritos aos auspícios do IHGB, depositando-os na "arca do sigilo". O instituto deveria conservar, "sob zelosa custódia", os documentos, até a data indicada para a publicação – depois de 1943. Isso não sem antes consultar também o descendente mais direto do escritor. Os manuscritos foram, então, pouco a pouco – na medida em que eram escritos por Taunay –, guardados na tal "arca" do instituto: "Foram os livros envoltos em papel impermeável, arsenicado [sic], e, novamente, em papel alcatroado, sendo o invólucro, em diferentes pontos, lacrado, com o sinete do depositante, sobre uma rede de fios metálicos"³⁶.

Motivos diversos fizeram com que as *Memórias* de Taunay fossem retiradas do depósito no IHGB algum tempo depois daquele prazo estipulado pelo autor, em 1946. Naquele mesmo ano, seriam publicadas através do esforço dos filhos do memorialista, Afonso e Raul de Taunay.

O fato é que, para o Taunay-pai, trazer a público uma série de memórias suas sobre o período monárquico parecia-lhe, apesar de sua aparente falta de ligação com o novo regime institucional republicano, perigoso. Também neste caso, o "tribunal da

posteridade" é acionado – pelo próprio autor, não pela instituição histórica.

* * *

Os exemplos aqui citados tiveram como objetivo demonstrar como, em determinadas ocasiões, homens ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acabaram colaborando com uma visão de história que percebia o afastamento temporal com o objeto de estudo – a *nação brasileira* – como parte dos métodos que deveriam adotar para a constituição de uma história-ciência. Claro está, por outro lado, que propostas como a da "arca do sigilo" muito tinham a ver com a situação política vivida pelo Brasil imperial, e com o temor que existia entre os letrados de comentar sobre os fatos recentes da vida política do Estado.

Notas de Referência

* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutoranda na mesma Instituição, orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Contato: isadoramaleval@gmail.com

¹ SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 71.

² No caso, o romance conta a saga de Tertuliano Máximo Afonso que, ao assistir um filme em vídeo, encontra um homem igual a ele, seu duplicado, e resolve desvendar tal mistério.

³ Reflexão muito provavelmente inspirada nas ideias do filósofo e historiador marxista Benedetto Croce (1866-1952).

⁴ Podendo ser, contudo, utilizado em outras realidades, como a brasileira. Como exemplo, ver, entre outros, o trabalho de ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

⁶ Idem. *Ibidem*, p. 43.

⁷ Idem. *Ibidem*, p. 54.

⁸ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 88: "[...] [processos] dos quais as coisas iriam em breve se tornar subprodutos quase que acidentais". De acordo com a autora, a idéia de processo seria o grande diferencial da concepção moderna de história. Idem. *Ibidem*, p. 95.

⁹ Idem. *Ibidem*, p. 84-85.

¹⁰ De início, o Instituto procurava realizar um trabalho arquivístico, fato que demonstraria a boa receptividade de uma noção mais antiga de história, pautada mais no trabalho antiquário do que na crítica documental. De

acordo com Lúcia Guimarães, a instituição, naquele primeiro momento, estava mais preocupada em coletar dados e documentos relativos ao Brasil nos arquivos do país ou do exterior, do que em analisar esse tipo de documentação nos termos de uma história moderna. Em um segundo momento, após a apreensão de certa quantidade de artefatos documentais, procurava-se interpretar as fontes. Essa fase seria caracterizada pelo início da produção de síntese histórica, anunciada na segunda sessão pública, ocorrida no dia 27 de novembro de 1840. Apesar disso, o próprio imperador D. Pedro II, nove anos mais tarde, ainda indicava a necessidade de uma mudança na produção do IHGB: a coleta de dados deveria ceder lugar à escrita da história nacional. Nesse sentido, alguns pressupostos tornavam-se indispensáveis ao labor historiográfico. Estes, contudo, ainda não haviam sido especificados em termos práticos no Brasil, motivo pelo qual se fazia necessário listar objetivos e métodos que pudessem direcionar o trabalho do escritor de uma obra de cunho histórico. Ver MOMIGLIANO, Arnaldo. "O surgimento da pesquisa antiquária". In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004, p. 90; GUIMARÃES, Lúcia M. P. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, jul-set. 1995, p. 459-613; e ROCHA, João Cezar de Castro Rocha. "História". In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 45.

¹¹ Sobre o "lugar social" do historiador, ver CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 18.

¹² ARAUJO, Valdeí Lopes de. *Op. cit.*, 2008, p. 39.

¹³ Para a expressão, ver CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*, 1988.

¹⁴ Idem. *Ibidem*, p. 18-20.

¹⁵ KOSELLECK, R. "Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. Contribuição à apreensão historiográfica da história". In: *Op. cit.*, 2006, p. 174: "O registro de um 'história do tempo presente' [*Zeitgeschichte*] foi perdendo pouco a pouco sua dignidade. Plank foi um dos primeiros a observar que as chances de se atingir o conhecimento da história não diminuíam, ao contrário, aumentavam, à medida que aumentava também a distância temporal. Com isso, a testemunha ocular foi derrubada de sua posição privilegiada [...] a idéia de que quanto mais o tempo avança mais compreensível se torna o passado é um produto da filosofia do progresso pré-revolucionária".

¹⁶ Havia um acordo para deixar um espaço de 30 anos após o fim da guerra para a abertura dos arquivos.

¹⁷ HOUSSO, Henry. *La hantise du passé. Entretien avec Philippe Petit*. Paris, Les Éditions Textuel, 1998.

- 18 Lembrando que hoje, no ano de 2010, há uma grande manifestação política para a abertura desses arquivos, com abaixo-assinados e propaganda massiva dos meios de comunicação.
- 19 HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 8.
- 20 Idem. *Ibidem*.
- 21 A respeito da associação entre esquecimento e consolidação do ideal nacional, ver RENAN, Ernest Renan. *O que é uma nação?* In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*, Cadernos da Pós/Letras: UERJ, 1997.
- 22 Pelo menos essa era a posição tomada com relação à escrita da história. Temos exemplos que comprovam que, naquele período, podia ser válido escrever crônicas ou memórias sobre os acontecimentos recentes.
- 23 GUIMARÃES, Lúcia. "O 'tribunal da posteridade'". In: PRADO, Maria Emilia; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 34-35.
- 24 _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006, p. 116.
- 25 Idem. *Ibidem*, p. 117.
- 26 Lúcia Guimarães afirma ainda que apenas em 1917, ou seja, no centenário do movimento, é que ele teria sido realmente resgatado para a história produzida pela instituição inclusive como precursor ao 7 de setembro de 1822. Idem. *Ibidem*, p. 120.
- 27 BARBOSA, Januário da Cunha. "Discurso". *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n. 1, p. 13-14, 1908 (1839).
- 28 "Ata da 24ª sessão em 22 de outubro de 1839". *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n. 4, p. 282, 1908.
- 29 "Ata da 29ª sessão em 19 de dezembro de 1839". *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n.4, p. 294-295, 1908.
- 30 Sobre Freire Allemão, ver SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.
- 31 "Ata da 183ª sessão em 9 de dezembro de 1847". *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 9, p. 567, 1869.
- 32 "Ata da 213ª sessão em 16 de fevereiro de 1850". *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 13, p. 133, 1872.
- 33 *Ibidem*, p. 134.

- 34 "Ata da 216ª sessão em 30 de agosto de 1850". *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 13, p. 415-416, 1872.
- 35 TAUNAY, Alfredo D'Escragnoille. *Memórias*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1946, p. 9.
- 36 Idem. *Ibidem*, p. 10.